

**Reunião pública – Ata n.º 17/2015****Data** 2015-08-03**Início** 14.35 horas**Local** Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho**Termo:** 18.10 horas**Presenças:**

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vereadores	João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro
	Pedro Alexandre Ramos Marques
	António Manuel Baptista Gonçalves Jorge
	Bruno Vítor Domingos Graça
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal

O Senhor Vereador Rui Miguel dos Santos Serrano faltou à reunião por estar ausente, em gozo de férias.-----

Da Ordem do Dia que se transcreve constavam os seguintes assuntos:-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 06-07-2015-----

BALANCETE-----

PROPOSTAS DA SENHORA PRESIDENTE:-----

N.º 01 – VENDA AO PÚBLICO EM ESPAÇOS MUNICIPAIS DO CD “FESTIVAL BONS SONS 2012” E DOS VOUCHERS DO FESTIVAL BONS SONS (4/DESP/PR/2015 - 11/ORGFUN/PR/2013)-----

N.º 02 – VOTO DE PESAR (55/PPRC/PR/2015)-----

PROPOSTA DO SENHOR VEREADOR PEDRO MARQUES:-----

N.º 03 – INCÊNDIO EM SÃO PEDRO, ASSEICEIRA E CONCELHOS DE VN BARQUINHA, CONSTÂNCIA E ABRANTES (4/PPSR/DAJA/2015 - 19/DIVER/DAAOA/2013)-----

GABINETE DE ECONOMIA LOCAL SUSTENTÁVEL:-----

N.º 04 – NORMAS DE AUTORIZAÇÃO PARA COLHEITA GRATUITA DA AZEITONA NOS OLIVAIS DO MUNICÍPIO DE TOMAR (53/PGEN/GELS/2015)-----



[Handwritten signature]

- GABINETE DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO: -----**
- N.º 05 – PROJETO AGRÍCOLA EM CASAL, FREGUESIA DE PAIALVO, COMPARTICIPADO PELO PRODER – pedido de comparticipação nos custos de instalação da rede elétrica (5352/ENTE/DAJA/2015 - 2/INFEST/DOM/2013) -----**
- DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----**
- N.º 06 – PARQUES DE ESTACIONAMENTO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR E DA PRAÇA DA REPÚBLICA – estacionamento gratuito de viaturas no âmbito da Festa dos Tabuleiros (179/PGEN/DOM/2015 - 1/PQEST/DOM/2013) -----**
- N.º 07 – FORNECIMENTO DE GASÓLEO (177/PGEN/DOM/2015) -----**
- N.º 08 – AQUISIÇÃO CONTÍNUA DE SINALIZAÇÃO VERTICAL DE TRÂNSITO – Revisão de Preços (155/PGEN/DOM/2015 - 14/CONPUB/DOM/2013) -----**
- N.º 09 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA D. NUNO ÁLVARES PEREIRA (4382/ENTE/DAJA/2015 - 8/EDIESC/DOM/2013) -----**
- DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----**
- N.º 10 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE DE PARCELA DE TERRENO – Maria de Lourdes Godinho Ferreira (66/ECER/DGT/2015 - 399/EDIF/DGT/2015)-----**
- N.º 11 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE DE PARCELA DE TERRENO – Maria Manuela Caetano da Silva Vicente Azevedo (50/ECER/DGT/2015 - 315/EDIF/DGT/2015)-----**
- N.º 12 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Pavilhão multiusos – prorrogação do prazo e isenção de taxas – Proc.º 10/2014 (60/PROR/DGT/2015 - 10/EDIF/DGT/2014)---**
- N.º 13 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO - Proc.º 106/2011 (156/JUEL/DGT/2015 - 102/EDIF/DGT/2015) -----**
- N.º 14 – LICENCIAMENTO DE ALTERAÇÃO DE LOTEAMENTO – Declaração de Caducidade – Proc.º 281/2011 (168/PGEN/DGT/2015 - 9/LOT/DGT/2015)-----**
- N.º 15 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO – Regularização - Declaração de Caducidade – Proc.º 1463/1997 (235/PGEN/DGT/2015 - 45/EDIF/DGT/2015)-----**
- N.º 16 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO E MURO - Declaração de Caducidade – Proc.º 659/2004 (70/RJUE/DGT/2015 - 466/EDIF/DGT/2015)-----**
- N.º 17 - PARECER DE COMPROPIEDADE – Armando Lopes Freitas (6/EPAR/DGT/2015 - 438/EDIF/DGT/2015)-----**



e.
[Signature]

- DIVISÃO FINANCEIRA:**-----
- N.º 18 - NOMEAÇÃO DE ASSISTENTE TÉCNICO PARA FUNÇÕES NA TESOURARIA (530/PGEN/DF/2015)** -----
- DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:**-----
- N.º 19 - CONTRATO DE CESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO CINETEATRO PARAÍSO PARA EXIBIÇÃO E PROGRAMAÇÃO DE CINEMA (6794/ENTE/DAJA/2014 - 7/ESPEQ/DTC/2014)** --
- N.º 20 - VENDA AO PÚBLICO DE SACO DE TRANSPORTE DE GARRAFA COM MARCA "TOMAR CIDADE TEMPLÁRIA" (116/PGEN/DTC/2015 - 8/DIVER/DTC/2014)** -----
- N.º 21 - TOMAR BRINCKA 2015 - LEGO FAN EVENT - relatório de atividade (127/PGEN/DTC/2015 - 6/ATIVEV/DTC/2015)** -----
- UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:**-----
- N.º 22 - CONCURSO POR INSCRIÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÕES MUNICIPAIS NA MODALIDADE DE ARRENDAMENTO APOIADO - Lista provisória ordenada (5/PPRC/UISE/2015 - 1/HABSOC/DEAS/2013)**-----
- N.º 23 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE - parecer prévio vinculativo (4/ESPP/UISE/2015 - 3/DIVER/DEAS/2013)**-----
- N.º 24 - JUNTA ANIMA - 2.ª EDIÇÃO DO CONCURSO INTERESCOLAS DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE TOMAR (3934/ENTE/DAJA/2015 - 5/ATIVID/DEAS/2013)** -----
- UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:**-----
- N.º 25 - PREÇOS PARA ALUGUER DE EMBARCAÇÕES DE RECREIO NO RIO NABÃO (137/PGEN/UDJ/2015)** -----
- N.º 26 - UTILIZAÇÃO GRATUITA DE CAMPOS DE TÊNIS E BALNEÁRIOS - Ténis Clube de Tomar (4853/ENTE/DAJA/2015 - 11/CEDESP/UDJ/2014)**-----
- N.º 27 - UTILIZAÇÃO GRATUITA DO ÁTRIO DO PISO 1 DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR - Clube Ornitófilo Ribatejano (4163/ENTE/DAJA/2015 - 1/CEDESP/UDJ/2014)** -----
- EXPEDIENTE:**-----
- N.º 28 - CEDÊNCIA DO AUTOCARRO MUNICIPAL - Centro de Assistência Social de Tomar (5369/ENTE/DAJA/2015 - 15/DIVER/PR/2013)**-----
- N.º 29 - CEDÊNCIA DO AUTOCARRO MUNICIPAL - Unidade de Tomar do Centro Hospitalar do Médio Tejo, EPE (5373/ENTE/DAJA/2015 - 15/DIVER/PR/2013)**-----
- N.º 30 - CEDÊNCIA DE VIATURA LIGEIRA - União das Freguesias de Tomar (4458/ENTE/DAJA/2015 - 15/DIVER/PR/2013)** -----



9.
11

N.º 31 – CEDÊNCIA DE VIATURA – Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (5236/ENTE/DAJA/2015 - 12/ASSCUL/DTC/2015)-----

N.º 32 – RECOLHA SELETIVA DE ÓLEOS ALIMENTARES USADOS NOS MUNICÍPIOS ABRANGIDOS PELA RESITEJO (5691/ENTE/DAJA/2015 - 3/ENTEXT/PR/2013)-----

Sendo catorze horas e trinta e cinco minutos, a Sra. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, e deu início ao período de Atendimento ao Público. -----

Esteve presente o Sr. José dos Santos Duarte com o objetivo de conhecer o ponto da situação da reclamação apresentada pela sua esposa, em dois mil e catorze, sobre a existência de poço descoberto em Pai Cabeça, União das Freguesias de Serra e Junceira, tendo lido a última comunicação recebida da Câmara Municipal, datada de quatro de dezembro daquele ano. Perguntou se o poço ia ser tapado ou não pois era um desastre que ali estava junto à sua propriedade e a lei era clara.-----

A Sra. Presidente informou que o poço está em propriedade privada e a Câmara não pode intervir, tendo notificado novamente o proprietário para repor as condições de segurança do poço. Disse que, se o mesmo não proceder em conformidade a Câmara Municipal irá apresentar uma queixa junto da GNR. Informou ainda que o reclamante foi informado por escrito do ponto da situação do processo.-----

O Sr. José Duarte disse que, hoje, antes das onze horas, recebeu um telefonema de uma senhora da Câmara a dar-lhe conhecimento de que o proprietário do poço foi notificado por carta enviada a vinte e nove de julho, com aviso de receção, para resolver a situação no prazo de quinze dias, e que da situação lhe tinha sido dado conhecimento, também por carta enviada na mesma data, mas ainda não a recebeu. Disse que são tantas as vezes que aqui vem e a conversa é sempre a mesma, que gato escaldado de água fria tem medo, e que, como os correios não estão em greve, estranha não ter recebido ainda a carta e o telefonema ter sido feito logo hoje que aqui vinha.-----

A Sra. Presidente disse que não pode responsabilizar-se pelo tempo que os correios demoram a entregar uma carta. Informou que foi a funcionária que secretaria as reuniões que efetuou o referido contato telefónico porque consultou o processo que hoje aqui seria abordado e teve em atenção que uma das vezes que o munícipe aqui esteve referiu que tinha andado dezasseis quilómetros para nada. Disponibilizou uma cópia do ofício enviado pela Câmara, para imediato conhecimento.-----

O Sr. José Duarte disse que lhe disseram que saíram duas cartas e quer ter a certeza de que o outro também foi notificado.-----



A Sra. Presidente confirmou que foram expedidos dois ofícios, um para o reclamado e outro para o reclamante e, perante a pergunta do que faria a Câmara Municipal se o reclamado nada fizer, reiterou que a Câmara apresentará queixa na GNR. -----

O Sr. Américo Costa referiu que esta foi uma semana de luto para os AQUA principalmente pelo amor e dedicação que têm ao Rio Nabão e que tem a certeza de que se não tivessem atuado teria passado tudo completamente em branco. Recordou que, há dois meses, esteve aqui e avisou que andavam a verificar-se descargas, legais ou ilegais, na Ribeira da Beselga, a poucas centenas de metros da sua foz, junto à ETAR. Disse que não podia ter dito mais do que disse mas, para bom entendedor meia palavra basta, e, neste momento, assiste-se naquela zona a um autêntico faroeste, com as chamadas mulas, senhores com dumpers e tratores que utilizam a conduta após a ETAR para fazer descargas dos mais diferenciados materiais. Disse que sempre se despejaram fossas clandestinamente no rio e que não foram esses resíduos domésticos que mataram aqueles peixes todos. Disse ainda que o que mais temiam é que aparecesse uma das mulas totalmente desgovernada, nova ou alcoolizada, e que sabem, de certeza absoluta, que foi isso que aconteceu. Disse que não é preciso chamar o SEPNA porque, em vez de andar à frente dos AQUA anda atrás, tal como a Sra. Presidente, que, às vezes quer passar à frente para ter todo o protagonismo. Referiu que, nesse dia não estava em Tomar e foi informado de que havia peixes mortos, e quando chegou, oito horas depois, já tinha passado muito tempo e o essencial destas operações é ser efetuada o mais rapidamente possível e tirar o maior número possível de vestígios, o que não aconteceu. Disse que conhecia os cantos à casa e ainda foi às partes mais perigosas, onde viu aquilo que já não via no rio há mais de quarenta anos. Referiu que se lembra bem de Porto Cavaleiros, na altura em que, pelo menos, havia indústrias e emprego e que agora não há empregos nenhuns nem indústrias de jeito mas acontecem coisas destas. O que viu antes do Açude da Matrena foram mil metros quadrados de fundo de rio repleto de cadáveres de peixes, não de pequenas dimensões, de carpas e enguias de doze quilos, espécies que é raro ver mortas em descargas deste tipo. Disse que foi uma descarga enorme, muito muito séria, como não existia há quarenta ou cinquenta anos, e que não acredita que tenha sido a última porque, neste momento, mais vale contratar uma mula por quinhentos euros do que gastar dez ou vinte mil euros em produtos industriais. Disse que os AQUA querem a criação de um Conselho Municipal do Ambiente, que o Sr. Vereador Bruno lhe prometeu que ia deixar passar, mesmo vindo do PSD, e não o tendo feito perdeu a sua consideração toda, a consideração que tinha na CDU e no seu vereador desapareceu pois, no seu entender, primeiro está o rio e depois essas coisinhas pequenas.



Disse que sempre achou o Sr. Vereador uma pessoa íntegra e muito acima deste executivo com que anda metido mas que esse é um problema do próprio pois cada um enterra-se como quer. Disse que o que pede, em memória desta tragédia que ocorreu e para que não se repita, é que se crie imediatamente uma comissão, quer seja sugerida pelo PSD, pelo vereador Pedro Marques ou pelo Vereador Hugo Cristóvão, que nem sequer o está a ouvir. Disse que é necessária uma Comissão do Ambiente em defesa do nosso Rio e que é só isso que pede, não pede que lhe arranjem emprego pois tudo o que faz é na base do voluntariado, não quer ganhar um tostão que seja com estas coisas pois entende que quando se metem pessoas que querem ganhar dinheiro nestas coisas, e políticos, estraga-se logo uma comissão desse tipo. Disse que as pessoas que vão para aquela comissão têm que ter amor às coisas, principalmente ao rio e que é o rio que o leva a outras coisas, que foi empurrado para lados para onde nem sequer queria ir, tudo por amor ao Rio. Disse que o rio Nabão é o rio da sua terra, nasceu ao pé do rio, vive ao pé do rio e espera morrer junto ao rio Nabão. Reafirmou que é importante a criação de uma comissão que defenda o ambiente do Rio Nabão pois têm outros problemas, por exemplo ao pé da Ponte Velha, onde só vê uma garça, um cisne, um pato marreco e um pato real. Recorda-se de ver ali centenas de patos reais, dezenas de garças reais, meia dezena de aves que não era habitual ver por estes lados e, neste momento, é diferente por causa da canoagem excessiva e do desaparecimento de muita flora. Disse que gosta de canoagem, e temos uma belíssima pista para canoagem, mas com regras, por exemplo ao pé do Hotel onde existem as mesmas condições e é um sítio muito mais seguro. Disse que podemos ter tudo, canoagem e ambiente, ser uma cidade turístico-ambiental e que só lucrarmos com isso. Pediu que se tome melhor conta das margens, que estão tão mal cuidadas. Disse que tinha tanta esperança na Sra. Presidente e afinal foi totalmente o contrário, que sabe que não vai ter resposta a nada, e que, como prometeu que lhe mandava resposta por escrito talvez daqui a cinquenta anos ou isso, se quiser mandar qualquer coisa ou escrever nas suas memórias, ainda as vá ler. Saliu a necessidade de criação de uma comissão e disse ter a certeza absoluta de que o Dr. Tenreiro vai aprovar essa comissão que defenda o rio Nabão. Disse que se está a criar um faroeste junto à ETAR, naqueles campos de meia dúzia de pessoas, onde é visível o rodado de tratores com dumpers, mais de dez ou doze, justificando que se pergunte o que andam ali a fazer. Alertou que esta situação pode surgir de novo, de um dia para o outro. Referiu que, apesar de ter aqui dito que não oferecia mais nada a este executivo, porque não mereciam nada (caso dos veados), a pedido de várias pessoas e crianças, constatou que, na Praça da República, o ponto de água corrente e



saudável está cortado e existem dois potes de água com pombos, gatos e cães a chafurdar neles, uma das piores coisas que se pode ver para propagação de doenças. Pediu para se ligar a torneirazinha e por a água a circular para os animais, nem que seja gota a gota, porque, de manhã, muitos cães e gatos descem a encosta e vêm ali beber água. Sugeriu ainda a colocação de um bebedouro para crianças e adultos na Praça da República, pois os cafés também não gostam de estar sempre a dar água às pessoas, e disse que os AQUA estão dispostos a fazer a oferta de um bebedouro simples, dentro de um preço acessível, mediante apresentação da respetiva conta. Disse que os AQUA têm verbas e podiam ter feito mais coisas mas não conseguia fazer nada com a Sra. Presidente, chegaram a um ponto que não se consegue fazer nada. Disse que já está a apostar nos que virão, já não está a apostar na Sra. Presidente, mas primeiro estão os tomarenses e acha que todos tinham a ganhar em ter ali um bebedouro bem feitinho. Por último, referiu a velha história da ausência de resposta à reclamação n.º 0144381, de treze de março p.p., formalizada na Divisão de Gestão do Território, cuja resposta competia à Sra. Presidente, no prazo de trinta dias úteis, e já passaram quase cinco meses sem que tenha respondido. Disse que a Sra. Presidente não pode estar acima da lei e tem que responder, e que, se calhar, a situação vai para o Tribunal da Relação. Disse que também está implicado o Sr. Vice-Presidente, por ser o chefe daquele pelouro e que alguém vai ter que responder sim ou não. Manifestou o seu desapreço pela falta de diálogo a que já está tão habituado e desejou boas férias a todos pois supunha que iam todos de férias porque os políticos gostam de ir de férias em agosto. Disse que não tem férias e fica a pensar que, se qualquer dia for político, vai de férias em agosto e vai ter uma boa vida como eles.-----

A Sra. Presidente disse que o Sr. Américo trouxe aqui um assunto que ia abordar no período de antes da ordem do dia pelo que, antecipando essa sua informação respondia ao cidadão. Mas antes, recordou aos Srs. Vereadores que, na última reunião pública, lhes foi distribuída cópia da resposta dada ao Sr. Américo que ele continua a insistir não ter sido dada. Disse que a resposta foi dada no prazo de trinta dias e foi distribuída cópia da mesma aos membros do Executivo. Relativamente à ocorrência da semana passada, começou por referir que o rio Nabão fora do limite urbano não é competência do Município mas este deve obviamente trabalhar e colaborar com as entidades competentes. Referiu que a situação foi detetada pelo SEPNA e comunicada à Câmara Municipal e que os serviços de Proteção Civil se deslocaram ao local. Informou que a GNR comunicou a situação às entidades competentes (a ARH – Delegação de Abrantes, integrando a APA, e o ICNF) para se deslocarem ao local e procederem



J.
[Signature]
49

às análises devidas para se averiguar as causas da mortandade dos peixes. Nem a ARH nem o ICNF se deslocaram ao local e, na terça-feira, a GNR solicita a intervenção da Câmara Municipal. Reforçou que a intervenção no rio fora do limite urbano não é competência nossa mas estamos disponíveis para intervir e interviemos com autorização das devidas autoridades perante uma situação de saúde pública. Disse que automaticamente foi contactada a Sra. Delegada de Saúde pois é ela que tem competência para declarar uma situação de saúde pública e também diretamente a APA – delegação de Caldas da Rainha. Disse que foram disponibilizados equipamentos e pessoal para retirar os peixes mortos e que depois de obtida a autorização das entidades competentes os peixes foram retirados e acondicionados nos moldes acertados entre a Veterinária Municipal e os serviços da APA. Disse esperar que não voltem a acontecer situações destas porque as pessoas de educação não têm nada mas a Câmara não tem funções fiscalizadoras e está sempre disponível para colaborar com todas as entidades que têm competência no rio.-----

O Sr. Américo Costa referiu que a Sra. Presidente disse coisas com as quais não concorda e pediu para responder. -----

A Sra. Presidente disse que respondeu e que, concordando ou não com a resposta, a intervenção está terminada. -----

O Sr. Duarte Nuno Lopes Martins pediu para ser esclarecido sobre o critério que presidiu à escolha do local e do horário (não sabe se o horário é da competência da Câmara ou da Junta de Freguesia) da Festa da Cerveja. Informou que mora na rua do Camarão e que o incómodo que esta atividade causa aos moradores é incomensurável, pois, ao fim de semana, há ruído entre as dezasseis e as duas horas do dia seguinte e é impossível descansar. -----

A Sra. Presidente concordou que aquele não é o local ideal para este tipo de atividades - Festa da Cerveja e Festival do Frango - e que já teve oportunidade de o transmitir aos responsáveis das duas associações que as promovem. Informou que tinham projetado que este tipo de eventos passe para a zona do Mercado Municipal pois a tenda vai ficar liberta e não há intenção de a desmontar podendo acolher este tipo de eventos. Referiu que, para além dos moradores que trabalham e precisam de descansar, têm que atender também à unidade hoteleira que, neste momento, tem cá os árbitros nacionais das várias divisões a estagiar. Disse que o horário que consta do edital da Câmara Municipal é até às vinte e quatro horas, de segunda a quinta-feira, e até à uma hora, à sexta-feira, não sendo da responsabilidade da Câmara Municipal a emissão da licença de ruído, cujo horário desconhece. -----



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

O Sr. Duarte Martins disse que a licença de ruído foi emitida até às duas horas e que há ainda a ter em conta que a atividade decorre num jardim municipal e está a provocar a total destruição do mesmo. -----

A Sra. Presidente reiterou que aquele não é o local indicado, nem para o Município nem para os próprios clubes, pois é uma zona próxima de áreas residenciais e não tem local de estacionamento. Disse que, mesmo sem utilização da tenda foi tentado transferir aquelas atividades para outro local mas não foi possível chegar a acordo com os dois clubes. Porém, disse, foi este o último ano em que ali terão lugar.-----

Terminado o período de atendimento ao público, deu-se início ao "Período de Antes da Ordem do Dia", tendo sido proferidas as seguintes intervenções: -----

O Sr. Vereador Bruno Graça deu conta da realização, no dia trinta e um de julho, da primeira reunião do Conselho Consultivo do Centro Hospitalar do Médio Tejo, após nomeação pela tutela do novo presidente. Informou que a ordem de trabalhos proposta passou pela discussão e aprovação de um regulamento para o órgão consultivo e pela apresentação de indicadores do movimento assistencial e de indicadores económico-financeiros do Centro Hospitalar, procurando compará-los com anos anteriores. Disse que foi uma apresentação do Conselho de Administração semelhante a uma que promoveram na CIMT e também no Executivo Municipal e que se verificou ainda uma abordagem às áreas estratégicas do Conselho de Administração no mandato em curso, tendo havido algum debate acerca destas questões. Informou que foram postas a concurso 41 vagas para admissão de médicos e foram admitidos apenas sete (dois pediatras, um nefrologista, um pneumologista, dois cirurgiões gerais e um oftalmologista), continuando a haver uma grande deserção e uma falta de interesse dos médicos em concorrer ao Centro Hospitalar do Médio Tejo. Informou que foi referenciado que a estratégia do Centro Hospitalar passa fundamentalmente pelo aumento do número de médicos a ingressar no quadro dado ser difícil resolver qualquer outra questão sem resolver esta situação primeiro e estão disponíveis e a fazer todos os esforços – podendo vir até a propor apoios às autarquias e a outras entidades - no sentido de conseguirem ultrapassar esta dificuldade central. Informou que foi enunciado que iam dar uma grande ênfase ao desenvolvimento da área oncológica e uma particular atenção e melhores condições para a área dos diabetes e doenças crónicas, fundamentalmente por causa do envelhecimento da população que o Centro Hospitalar serve, e que, paralelamente com estas áreas de intervenção mais fortes iriam procurar fazer a atualização/renovação do equipamento tecnológico, quer ao nível do diagnóstico quer ao nível do tratamento. Disse que foi referido



[Handwritten signature]

que há áreas em que é necessário melhorar significativamente a qualidade tecnológica posta ao dispor dos profissionais, considerando inclusivamente que tal é importante para a atratividade de médicos para o Centro Hospitalar. Disse que não estava na ordem de trabalhos a questão do Grupo Hospitalar do Ribatejo, e ninguém estava a falar no assunto, pelo que interveio dizendo que tinha registado o silêncio do Conselho de Administração acerca desta questão, que pensávamos que é uma questão que deve ser abordada naquele órgão e que gostaríamos de saber a opinião e posição do Conselho de Administração face a esta situação. Informou que foi dito que não tiveram conhecimento prévio da reunião que a tutela realizou com as autarquias – só depois dela se realizar -, que nunca foram contactados para a criação desse agrupamento mas avançaram com uma ideia - que poderão aqui debater quando for ocasião - que não sentiam grande problema com essa questão, que até podia ser uma oportunidade pois, segundo alegaram, o Hospital de Santarém não tem nenhuma capacidade de ampliação, de abarcar mais doentes ou mais especialidades, enquanto qualquer uma das unidades hospitalares do Centro Hospitalar do Médio Tejo – particularmente Tomar e Torres Novas – têm grande capacidade de absorver e de alargar a outras atividades. Disse que foi transmitido que a criação do Grupo Hospitalar do Ribatejo poderia vir a traduzir-se como uma oportunidade de desenvolvimento e de sustentabilidade para o CHMT, tendo sido referido muito claramente que é uma opinião pessoal do presidente do Conselho de Administração pois o assunto não foi discutido no órgão que preside e que não irá fazer ou propor nada nesse sentido mas, se tal vier a ser instituído pela tutela pensa que é possível dar respostas adequadas no sentido de salvaguardar o CHMT e as populações que este serve. Disse que se verificaram algumas intervenções acerca disto, particularmente do representante dos utentes, registando que as autarquias presentes pouco ou nada intervieram sobre esta questão ou no debate em geral, optando muito pelo silêncio (Abrantes, silêncio total; Torres Novas, muito poucas palavras). Disse que lhe agradou a maneira como o Presidente do Conselho Consultivo dirigiu a reunião, e que lhe pareceu uma pessoa aberta, disponível e, contrariamente ao que vinha acontecendo, disposto a dar algum peso ao Conselho Consultivo. Nesse sentido, o regulamento de funcionamento não foi aprovado porque o presidente entendeu que não tinha sido dado tempo suficiente para as pessoas se debruçarem sobre ele e ficou a ideia de que o órgão deve reunir no mínimo uma vez por trimestre, deve acompanhar muito mais de perto a atividade do Centro Hospitalar e não ser um órgão meramente decorativo para tratar de um plano já feito e tomar conhecimento de coisas também já feitas. Informou que a próxima reunião se realizará na última semana de outubro ou na primeira de novembro. -----



9-
M

O Sr. Vereador João Tenreiro disse que, antes de começar a sua intervenção propriamente dita quer fazer uma declaração para a ata da parte dos Vereadores do Partido Social Democrata sobre algo que já aborrece e não se percebe bem porque é que a Sra. Presidente não agenda as propostas do PSD, nomeadamente quanto à redução da taxa do IMI em função do número de dependentes, de trinta de março de dois mil e quinze, e a constituição do gabinete de apoio no âmbito do Portugal 2020, de onze do mesmo mês. Referiu que a lei é clara sobre o assunto, concretamente na alínea a) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estipula que a ordem do dia deve incluir os assuntos indicados pelos membros do respetivo órgão, desde que sejam da competência deste e o pedido correspondente seja apresentado por escrito com uma antecedência mínima de cinco dias úteis sobre a data da sessão ou reunião, no caso de sessões ou reuniões ordinárias. Disse que há aqui mais uma violação da lei por parte da Sra. Presidente porque lhe compete fazer a ordem do dia e teima em não fazer o agendamento das propostas, algumas atrasadas sem qualquer fundamento, sem se perceber porquê. Lembrou que a Sra. Presidente referiu há algum tempo que estava à espera de uma informação da DF sobre a repercussão que poderá ter a proposta de redução do IMI, e disse que não sabe como o conseguirá porque teria que fazer um levantamento do número de agregados familiares de Tomar e isso, se calhar, ia demorar algum tempo. Disse que a Sra. Presidente podia pelo menos dar-lhes conta das diligências em curso até por uma questão de respeito para com dois vereadores eleitos, pelos cidadãos que os elegeram e pelo próprio órgão executivo, constituído por sete eleitos. Nesse sentido, manifestam o seu desagrado. Depois, aproveitando a presença do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, do Sr. Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia e do líder de bancada do Grupo IpT, recordou que, na sessão de trinta de abril de dois mil e quinze, o órgão deliberativo do Município aprovou, por maioria, uma moção que considerou de grande importância o agendamento da proposta de redução do IMI apresentada na reunião de Câmara de trinta de março e esperava que a mesma fosse incluída na ordem de trabalhos da reunião seguinte confiando na sua aprovação. Disse não saber que justificação a Sra. Presidente terá dado à Mesa da Assembleia para o facto de não ter cumprido esta moção, pois entende que tem que o fazer e, como tal, consideram que isto é grave, é politiquice e não vale a pena haver politiquice nestas questões. Sublinhou que ainda falta muito tempo para as eleições e que sabem que é timbre desta governação PS/CDU fazer propaganda até daquilo que não faz, como mandar notícias para a comunicação social sobre a celebração de protocolos que, depois, são agendados para a reunião e retirados da discussão com a alegação de que os mesmos não



J.
Ad

foram analisados com tempo não voltando depois a ser agendados. Disse que são questões que os deixam completamente surpresos, como por exemplo o Centro de Inovação Tecnológica com o IPT onde estaria uma incubadora de empresas concluída até finais de dois mil e treze mas ainda hoje estão à espera. Referiu que fizeram uma pergunta sobre essa incubadora de empresas que deveria estar instalada – na altura falava-se no antigo campo de futebol do Politécnico, e até hoje nada. Pediu que fique em ata esta tomada de posição do PSD e o seu lamento pelo fato de haver uma clara violação da alínea a) do n.º 1 do art.º 73.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e pelo não respeito de uma moção aprovada por maioria na Assembleia Municipal, realizada a trinta de abril de dois mil e quinze, e não levar ao agendamento da proposta de redução de IMI em função do número de dependentes e da constituição do gabinete de apoio ao Portugal 2020.-----

Continuando, **o Sr. Vereador João Tenreiro** disse que se ventila no Mercado Municipal que aquele espaço vai reabrir ao público em setembro, e perguntou se é verdade, Disse que, se for fica contente pois é mais uma das promessas que seria para cumprir a vinte cinco de abril de dois mil e catorze e ficam à espera que seja de fato setembro de dois mil e quinze, como é ventilado pelos comerciantes. Aproveitando a presença do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sabacheira, pediu também esclarecimentos sobre o encerramento da extensão da Escola de Carregueiros da Escola da Serra de Cima e do Jardim de Infância, nomeadamente sobre os fundamentos que estiveram subjacentes à decisão de não pedir autorização excecional para a abertura dessa escola.-----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão disse que estranha - formalmente tem que o dizer mas é claro que não estranha porque ninguém anda aqui a dormir - a pergunta surgiu hoje uma vez que já deu as informações na reunião do executivo. Disse que se realizaram reuniões, todas a seu pedido, para que não houvesse surpresas – este ano tudo foi feito de forma muito diferente por parte dos serviços do Ministério relativamente ao que é hábito há muitos anos e dos procedimentos que normalmente estão estabelecidos, e também ninguém estranha porquê, com a DGESTE, a quem compete gerir estas situações, com as direções de ambos os Agrupamentos de Escolas, com as Associações de Pais e até com um dos Presidentes de Junta de Freguesia. Sublinhou que, em reunião, lhe foi dito pelos serviços centrais do Ministério, e depois formalmente pedido por escrito, que o Município e as direções dos agrupamentos teriam que fundamentar por escrito qualquer das situações que estavam a funcionar com autorização excecional da DGESTE e que entendessem possível de manter. Depois dessas reuniões com um conjunto de entidades envolvidas, em matéria de competência material e



pedagógica, foi entendido que, das três situações existentes de escolas que já não existem formalmente há vários anos e que, na prática, são salas de aula de outros estabelecimentos escolares - Serra da Sabacheira (terceira sala da Escola de Carregueiros há alguns anos), Santa Cita e Paialvo – para Santa Cita e Paialvo existem justificações que permitam manter, essencialmente por incapacidade das escolas de acolhimento definidas para receber os alunos, Linhaceira (onde até há uma sala a funcionar num contentor) e Curvaceiras, respetivamente. Salientou que, no caso da Sabacheira essa justificação não existe porque os alunos cabem na Escola de Carregueiros, não havendo justificação para o Município e para a Direção do Agrupamento, em termos pedagógicos, justificar a manutenção de uma escola com nove alunos. Não havendo justificação e percebendo o quão difícil é – todos têm noção disso, até porque é a única escola daquela freguesia, a verdade é que não havia nenhuma justificação para manter a situação, com o extra negativo de que as instalações nem são um edifício escolar. Reforçou que não havia justificação possível para pedir a manutenção da referida sala, o que, claramente, também foi dito do lado da DGESTE, apesar de não reduzido a escrito. Garantiu que o Município teve o cuidado e fazer as coisas com calma, reunindo com as pessoas e com as várias entidades mas, entretanto, nestes últimos dias, até por parte das direções dos Agrupamentos tem sentido alguma preocupação com salas do pré-escolar e espera que, da parte do Ministério, não venha a surgir nenhuma surpresa até ao início do ano letivo, de fecho de alguma dala sem ter sido previamente comunicado e sem que as coisas tenham sido devidamente conversadas. Terminando, salientou que, como aqui informou oportunamente, do que foi falado e acordado entre todas as partes envolvidas têm apenas a questão da Serra da Sabacheira. -----

O Sr. Vereador João Tenreiro disse que o Sr. Vereador não deve estranhar as perguntas porque o que perguntou em concreto foi quais foram os critérios de escolha, para lhe explicar com dados concretos. Disse que o Sr. Vereador daria as explicações que entende necessárias mas, daquilo que ouviu parecem-lhe critérios vagos e sem validade. Disse que sabiam que é uma Extensão da Escola de Carregueiros mas também sabem, que é uma freguesia que ficou sem escola e que era sobre isso que têm que refletir. Referiu que o Presidente da Junta que, por acaso, também é secretário do Sr. Vereador, afirmou à Radio Hertz que a culpa de não abrir a escola é do Governo, que a freguesia da Sabacheira não iria ter escola por culpa do Governo Central o que lhe parece que, em face da explicação agora dada, não é verdade porque o Sr. Vereador é que não requereu essa autorização excecional conforme está previsto na lei. Nesse sentido, para saberem de fato de quem é a culpa da freguesia da Sabacheira não



ter escola, requer uma cópia da informação inserida pela Câmara Municipal de Tomar no MARE, no sentido de saber se foi ou não proposta, e com que fundamento, a não prorrogação da autorização excecional de funcionamento da escola e Jardim de Infância, sendo que a escola teria nove alunos (a informação que tinha é que seriam dez). Referiu que o Sr. Vereador não falou em concreto sobre o Jardim de Infância, que teria seis alunos. Disse que a informação que tem é que a Câmara Municipal paga à associação uma comparticipação de trezentos euros e irá deixar de pagar essa verba à Associação da Serra de Cima, onde funciona esta extensão e o Jardim de Infância. Disse que fica a aguardar a prestação da informação solicitada no prazo legal de quinze dias. De seguida, referiu que tinham que debater a questão da segurança em Tomar dada a ocorrência de um caso de violência grave na festa das Olalhas. Disse que o PSD é uma oposição atenta que apresenta recomendações, sugestões e propostas, apesar destas não serem agendadas, e que, em catorze de abril de dois mil e catorze, em face das várias notícias à altura de insegurança em Tomar, apresentou uma recomendação e pediu o agendamento de uma reunião com o MAI para dar a conhecer a situação que se vivia no Concelho de Tomar e para que se tomassem as medidas que se mostrassem adequadas a um eficaz combate ao crime na área do concelho nomeadamente através do reforço dos efetivos da GNR e da PSP, tendo em consideração a população existente, e também que se instituísse e convocasse o mais rapidamente possível o Conselho Municipal de Segurança (que, entretanto, já foi constituído) e se desse início a uma política de apoio às instituições em Tomar que têm um papel insubstituível na prevenção do crime. Disse que nada disto foi feito, pelo menos não lhes foi dado conhecimento de qualquer diligência nesse sentido recordando que, na altura, aconteceram no Centro Histórico alguns episódios de violência tendo o Vereador da CDU apelado à situação e chamado à coação a situação de insegurança no concelho de Tomar. Disse que voltaram então a debater esta recomendação e, para surpresa, na altura, o Vereador Hugo Cristóvão disse que o que havia em Tomar eram brigas de adolescentes e nada mais, que Tomar era uma cidade segura. Recordou que, na altura, perguntou ao Vereador Hugo, e o Vereador Pedro Marques também, em que mundo virtual é que vivia para dizer que, em Tomar eram apenas brigas de adolescentes. Disse que, agora, tem que lhe perguntar se ele considera o que se passou nas Olalhas uma pequena briga de adolescentes. Sublinhou que a situação em Tomar é grave e que a segurança no concelho tem que ser analisada, que é preciso pedir uma reunião urgente ao Governo para aumentar o reforço de efetivos pois segundo foi dado a conhecer, os militares das GNR eram poucos naquele dia para assegurar a segurança. Disse que os Vereadores do PSD estarão sempre atentos a esta circunstância da



segurança e apelam a que seja o mais rapidamente possível agendada uma reunião com o MAI ou com o gabinete responsável para dar a conhecer o que se passa em Tomar porque, de acordo com alguns relatos, o que aconteceu naquele dia foi algo de grave e de pânico. Disse que estão na altura das festas de verão e que, não sendo a primeira vez que estas situações acontecem pois, no passado aconteceu algo semelhante de que resultou um morto, é bom que se tomem as necessárias medidas.-----

A Sra. Presidente disse que quem organiza uma festa onde previsivelmente estará um número considerável de pessoas deverá ter essas questões em atenção. Deu o exemplo da Festa dos Tabuleiros, da Festa Templária e do Congresso da Sopa, onde essas questões foram equacionadas, e disse que quando se prevê um ajuntamento de pessoas acima do normal as organizações, se não têm dinheiro para contratar seguranças ou recorrer ao serviço de gratificados da GNR têm obrigação de, pelo menos, comunicar oficialmente que vão realizar o evento. Disse que também considera a situação preocupante. Referiu que o procedimento de criação do Conselho Municipal de Segurança é um processo burocrático imenso e que espera que, na primeira reunião, a PSP e a GNR façam uma apresentação dos dados referentes ao concelho, os quais certamente não refletirão a realidade porque muitas pessoas não apresentam queixa.-----

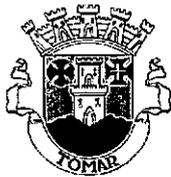
O Sr. Vereador Hugo Cristóvão disse que, em função do requerimento anunciado pelo Sr. Vereador João Tenreiro ficou na dúvida se se teria explicado bem. Disse que pensa ter deixado claro que, depois das reuniões realizadas e não havendo justificação plausível, nem da parte do Município nem da parte da Direção do Agrupamento, apenas foi requerida autorização excecional de funcionamento para Paialvo e Santa Cita pois não havia nenhuma justificação aceitável para fazer o pedido, até atendendo à reunião prévia que teve lugar em Lisboa. Sublinhou que não é possível dar resposta ao requerimento porque o pedido não foi feito, como acha que deixou claro e explicou anteriormente. Disse que gostaria de perceber, até para efeitos futuros – há coisas que mais vale serem preparadas com tempo e, no próximo ano, independentemente de quem esteja no Governo ou no Executivo nessa altura, estarão com certeza a falar do encerramento de várias escolas do concelho, não tem qualquer dúvida disso e aí sim não se vai colocar apenas a questão das autorizações excecionais mas sim o número de alunos. Disse que, neste momento, têm várias escolas com um número bastante abaixo de vinte e um alunos e nalguns casos também em escola única na freguesia. Referiu que, para o ano, estarão a falar de vários casos e gostaria de perceber – se o quiser dizer, se mesmo não sendo professor, acha que as escolas com nove, dez ou doze alunos, são



9.
57

justificáveis ou não. Depois, porque o Sr. Vereador falou numa questão paralela, mas não deixa de ser curioso que a tenha abordado, perguntou-lhe se acha plausível que, para justificar o pagamento de uma renda a uma associação pedíssemos uma excecionalidade para manter uma sala do pré-escolar com seis crianças. Referiu que uma coisa é o primeiro ciclo e outra o pré-escolar e podem ser tratadas em separado embora, por norma, quando se encerra uma escola encerra-se também a sala do jardim até porque, infelizmente, atualmente, na maioria dos casos, as salas de jardim têm ainda menos alunos que o primeiro ciclo, como é o caso das Serras da Sabacheira, onde eram apenas seis crianças. Reafirmou que tudo isso foi conversado, explicado e objeto de reuniões com o agrupamento – tem a responsabilidade pedagógica e tinha que emitir parecer, com as Associações de Pais e demais entidades envolvidas, coisa que, no passado, segundo julga saber, nunca foi feito. Nessa altura, disse, nunca houve disponibilidade para reunir com os pais e explicar-lhes estas situações, recebiam uma cartinha, quando recebiam, a anunciar ou sabiam pelos jornais. Disse que deixou o procedimento bem claro, como tem sido a forma de atuar, independentemente dessas questões mais laterais. Disse que, estando a falar tão especificamente deste caso, e do passado, seria também interessante perceber porque é que naquela freguesia – se calhar teve alguma consequência no ponto a que nos trouxe hoje – ao longo de anos, houve um conjunto de decisões que levaram ao fecho de todos os edifícios escolares mantendo a única sala - já não formalmente uma escola – a funcionar na sede de uma associação, existindo edifícios escolares na freguesia. Disse que seria interessante perceber como se chegou a este ponto e porquê, com que base é que essas decisões foram tomadas, mas isso, realmente, é passado. -

O Sr. Vereador João Tenreiro disse que o Sr. Vereador tem o pelouro da educação e que as dúvidas que tem, bem como as respostas para os requerimentos sobre a área da educação, que continua a aguardar, devem merecer trabalho e pesquisas para poderem ser obtidas. Disse que não lhe podem ser colocadas a si que não tem pelouros, vem aqui de quinze em quinze dias e lhe compete saber o ponto da situação das várias questões. Disse que se o Sr. Vereador Hugo tem dúvidas deve fazer as reuniões que entender com o Governo Central para as esclarecer, e que, do que foi dito, ficou com a certeza de que não houve um pedido de autorização excecional feito por parte do vereador com competência para a educação, porque entende que nove alunos numa freguesia que não tem nenhuma escola não é essencial e entende também, tal como o Presidente de Junta, que não vale a pena potenciar uma escola dando incentivos a alguém para ir para lá estudar porque se é uma Junta de Freguesia que dá cheques às crianças que nascem lá, aos pais que têm filhos naquela localidade, se calhar



também podia dar cheques a quem estuda naquela escola e potenciá-la. Disse que seria um ponto de partida e que não podem ver só as questões numéricas. Referiu o exemplo do encerramento dos tribunais pelo número de processos, com o que sempre esteve contra, pois fechar tribunais no interior e obrigar as pessoas a deslocar-se oitenta ou noventa quilómetros de táxi, porque não há outros transportes, é um erro estratégico muito grande. Disse que deviam encerrar-se tribunais no litoral pois têm transportes com muito mais facilidade do que as pessoas do interior e que sendo um órgão de soberania não se pode agir só por questões numéricas. Considera-o um erro muito grande que vai levar cada vez mais à desertificação. No que se refere ao requerimento que formulou, referiu que é possível dar-lhe o print do MARE onde conta a informação de não propor esta prorrogação. Disse que foi o vereador que propôs esta não prorrogação e querem ter acesso a ela. Disse que não devem colocar culpas no Governo quando não há nada concreto que diga que foi o Governo que mandou encerrar esta extensão porque para isso era preciso haver um pedido de autorização e um indeferimento. Disse que foi um erro estratégico do Sr. Vereador porque, se estivesse no seu lugar, independentemente do que lhe dissessem na Direção-Geral, requeria sempre a autorização excecional e, em caso de indeferimento, automaticamente colocaria as culpas no Governo. ----

A Sra. Presidente disse que quando se fala de crianças deve prevalecer a questão pedagógica e a ponderação do superior interesse da criança. -----

O Sr. Vereador Pedro Marques referiu a ocorrência dos peixes mortos e disse que, independentemente da forma como o Américo tem colocado as questões, ressalta à evidência que não deixa de ter razão em muitas delas, apresenta dados concretos e, por isso, entende que não devem deixar de criar a Comissão de Defesa do Rio Nabão - existiu durante muitos anos e foi muito útil ao Executivo - ou a Comissão de Ambiente, de âmbito mais alargado e não só do rio, das florestas pois os incêndios são o flagelo que todos sabem. Disse que é fundamental que pensem nisto e tenham uma estratégia nesta área. Chamou a atenção para os requerimentos que tem feito e que aguardam satisfação. Um deles, disse, é simples e pede para distribuir pelos Srs. Vereadores cópia do Plano estratégico que existe há muitos anos, onde os eixos estão bem definidos - um deles é claramente o ambiente urbano, para o qual o rio tem uma importância fundamental. Reiterou o pedido de distribuição de cópia do referido documento e disponibilizou-se a arranjar uma cópia caso a Sra. Presidente não possua o documento. Quanto aos restantes requerimentos, ou há má vontade em fazer chegar as informações relativas a despesas ou então há incompetência da DF, ou de outro departamento, que não fornece os elementos, porque eles existem com certeza. Disse que



deixa estas notas sobre os requerimentos e sobre a importância do ambiente, que tem reiterado sempre que aqui vem a plantação de eucaliptos, e considera fundamental que se debrucem sobre as questões do rio e dos incêndios. No seguimento do que foi dito sobre a questão dos Tribunais, disse que não se admira se daqui a duas ou três décadas, a desertificação do interior agora imposta pelo Plano Regional de Ordenamento venha a inverter-se em zonas infraestruturadas porque só com a vivência humana se impedem incêndios e outras situações. Disse que se o interior fosse bem tratado e a agricultura não tivesse sido abandonada, entre outras coisas, se calhar não havia o alastrar de incêndios que hoje se verifica e as consequências que têm. Disse que é mais do que urgente a criação de uma comissão do rio ou do ambiente e que, em setembro, quando a Assembleia Municipal reunir é um assunto que deve estar na agenda do órgão. Sobre a ocorrência nas Olalhas, recordou que, há uns anos, na sequência de um acidente com origem em desacetos numa festa morreu um jovem e que estas situações não têm que ver com as festas anuais, que sempre se realizaram, mas sim com a predisposição de muita gente que vai a essas festas. Disse que, há uns anos atrás falou nestas situações nas reuniões da Câmara e havia aqui quem dissesse que Tomar é uma cidade segura e tudo o mais mas cada vez têm mais exemplos do contrário. Recordou que, há uns anos atrás, ao fim de semana, os jovens não podiam andar no Centro Histórico porque outros jovens faziam quase portagens e ou pagavam ou ficavam sem telemóvel ou outras coisas e ninguém atuava. Disse que é tempo de se por isto na ordem e o facto de a Sra. Presidente dizer que, se calhar, a GNR não tem efetivos suficientes naquele fim-de-semana era importante terem acesso ao relatório para saber quando foi feita a chamada e quando chegaram ao local porque, segundo parece, hora e meia depois não estava lá ninguém, e obviamente isto é preocupante. Disse que, no verão, existem muitas festas ao fim-de-semana e, se isto vai acontecendo, o Município tem a obrigação e o dever de, junto da Administração Interna e dos Comandos Territoriais da GNR e da PSP, agora em conjunto com o Conselho Municipal de Segurança, intervir, saber o que se passa e quais as medidas a tomar para que não se repitam situações destas. Referiu que, se uma festa destas tiver que contratar segurança privada mais vale não fazer a festa porque com certeza não têm receitas nenhuma e também não é bom cartão turístico. Sobre a intervenção do morador relativamente às festas no jardim da Várzea Pequena, referiu que o mesmo já aqui veio no mandato anterior e a resposta que daqui levou foi a mesma, que isto ia acabar. Salientou que é negativo para o Hotel dos Templários, não é nada bom para o turismo nem para o espaço verde, não é nada bom para quem ali vive – e quem mora a um ou dois quilómetros ouve o barulho na mesma,



embora sem a mesma intensidade – pelo que não percebe porque é que assim continua. Disse que não tem receio nenhum de dizer que não é bom para a cidade e que para as associações é muito melhor no Mercado Municipal ou noutra local onde possam ter estacionamento, sublinhando que, mesmo no mercado, se não houver rigor e horário também não permite o descanso de quem vive perto e não podem esquecer que as instalações da Santa Casa da Misericórdia são ali ao lado e os utentes idosos, a partir de determinada hora, têm que ter o seu sossego. Disse que chama a atenção para isto porque não é benéfico para ninguém, nem para a cidade nem para as associações promotoras dos eventos, e registou com agrado a informação de que é o último ano que ali se realizam este género de atividades, esperando que assim aconteça. Relativamente à intervenção do Sr. Vereador Bruno Graça sobre a reunião do Conselho Consultivo do Centro Hospitalar do Médio Tejo, disse que já lá vai o tempo em que tinham um relatório escrito do que se passava naquele órgão, e gostava de o ter e de ter acesso à ata dessa reunião. Disse que, na área da saúde, tem andado a ouvir, vai às reuniões com o Conselho de Administração e faz as intervenções que se justificam mas acha que não podem fazer apenas uma análise e tirar conclusões da situação, têm que ter uma forma de agir e saber qual é a estratégia para que a situação possa melhorar. Disse que é isto que não tem visto acontecer e que, sem querer culpar ninguém, isto tem que ser feito e quem tem que dar o mote para reunirem, para terem uma estratégia para a área da saúde é a Sra. Presidente ou o Sr. Vereador com competência nesta área. Disse que a sua disponibilidade é total para colaborar e para idealizar ou delinear a melhor estratégia mas tem que ser feita, não podem estar ao sabor de opiniões que sabem nunca chegar a lado nenhum, como esta de que estando integrados em Santarém constituiria uma oportunidade. Recordou que Abrantes não tinha condições para ter lá o que tem e foram feitas obras, gastaram lá dinheiro, e Tomar tinha condições, portanto sabem que, quando há estas estratégias políticas, tudo vale a pena para levarem a deles avante, independentemente de algum rigor em termos até de benefício dos utentes. Se nós e Santarém é que temos mais utentes porque é que nós temos tanta margem de crescimento e outros à volta estão quase esgotados, sem terem as melhores condições para o efeito. Disse que é algo que não é racional e que já foi aqui referido várias vezes. Tomar tinha mais atos médicos nas urgências e tudo mais e foi quem ficou sem as urgências. Salientou que o que aqui defendem claramente é a ligação de Tomar a Coimbra, a qual tem muito a ver com uma estratégia de muitos anos, em que, entre Tomar e Coimbra, na zona do Pinhal não havia mais ninguém. Disse que há Leiria para a zona litoral e Castelo Branco mais para o interior e que, ou pensam a sério no que é melhor para os utentes do



CHMT, delinham a estratégia e defendem-na, tentando dar as mãos e fazendo as coisas nos gabinetes, a contragosto de quem quer saber tudo, persuadindo e tentando levar a nossa avante ou não chegam a lado nenhum. Disse que desconhece o que está a ser feito mas que é bom que haja resultados, é bom que deixem de ouvir um relatório de que se passa e ouvir medidas concretas para dar um passo em frente, pois isso é que é fundamental. Referiu-se à questão das esplanadas, que sempre defendeu, mas com regras, pois estão em espaço público e devem ter a área que ocupam definida para evitar que os munícipes sejam obrigados a circular na estrada ou no meio das mesas. Disse que as esplanadas do Centro Histórico devem ter muita atenção ao mobiliário que utilizam porque é uma referência e não podem aceitar todo o tipo de mobiliário urbano nesta área da cidade. Defendeu que mais valia não cobrar a ocupação do espaço público nos meses de verão, porque dão vida à cidade, e impor regras a cumprir para que o cidadão comum e quem nos visita não tenha problemas para poder circular. Disse que, numa cidade turística como Tomar outra situação que o preocupa são os sanitários públicos pois ainda este fim-de-semana se realizaram dois casamentos com pessoas de fora e tiveram que ir a cafés porque os sanitários estavam fechados. Referiu que houve projetos para os sanitários públicos e a promessa de que iam começar a funcionar mas tudo está na mesma, e não é bom, não deve cair no esquecimento. -----

A Sra. Presidente disse que a reunião do Conselho Consultivo decorreu na passada sexta-feira e que, em tempo, o Vereador Bruno certamente entregará os documentos que foram discutidos e analisados. Disse que também concorda que o caminho não é para baixo mas sim para cima, e nessa matéria têm estado todos de acordo, mas estamos numa fase complicada de negociações de bastidores. Disse que, no PS, têm estado a trabalhar junto daquele que se perspectiva vir a ser o próximo Ministro da Saúde, caso o partido ganhe as eleições, e que, nesta fase, não podem estar a tomar posições mais drásticas. Quanto aos festejos na Várzea Pequena, recordou que um dos dirigentes associativos veio publicamente assumir uma posição contra a Câmara por querer tirar o evento daquele local mas é mesmo para tirar pois não é o sítio para se fazer. Disse que, no passado, o evento já foi realizado no recinto do Mercado e é um espaço onde nada estraga e tem estacionamento. Reafirmou que é o último ano que ali se realiza pois é uma entrada da cidade e o espaço verde tem que ser preservado. -----

O Sr. Vereador Bruno Graça disse que vai anotando as diferentes intervenções e posições sobre a questão do Hospital e que uma das coisas que terão que discutir é se se retiram do Conselho Consultivo do CHMT porque se limitou a dar nota do que lá se passou e não lhe parece que vá para as reuniões dizer que se quer ligar a Coimbra. Disse que, na referida



reunião foi apresentada a estratégia do Conselho de Administração e disse o que tinha a dizer, em conformidade com o que aqui tem sido dito, mas estando lá como membro não vai dizer que Tomar sai do CHMT, a não ser que seja esse o entendimento do Executivo Municipal. Disse que, até agora, o que fez foi chamar à discussão a constituição do Grupo Hospitalar do Ribatejo, que estava a ser esquecida, e perguntar qual é a posição do Conselho de Administração sobre isto porque o Executivo, como é sabido, é claramente contra. Disse que se limitou a transmitir a posição do Conselho de Administração e que entregará a ata da reunião quando a tiver.-----

A Sra. Presidente referiu-se à questão dos esgotos junto à Fábrica do Prado e informou que, numa situação de recurso, estão a drenar o coletor a a despejar na ETAR, Disse que o desejável é que se verifique a construção da conduta do coletor para a ETAR, da responsabilidade da Águas do Centro e que agora que a nova entidade, a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, já está constituída vão entrar à carga para executarem o projeto, visto que assumiram as responsabilidades da AdC, sendo um dos assunto que têm para negociar com a nova associação agora que já está normalizada. -----

O Sr. Vereador Pedro Marques disse que quando falou na reunião do Conselho Consultivo do CHMT foi no Relatório e na ata da reunião pois a estratégia não tem que ver com o Conselho Consultivo mas sim com o que querem para o nosso Concelho, para o nosso Hospital e para os nossos munícipes, Disse que devem tratar as coisas por forma a que não aconteça como na última Assembleia Municipal, a propósito de Coimbra ou não Coimbra, em que as coisas estiveram extremadas. Disse que isso não faz sentido nenhum e que é negativa qualquer divisão que seja pública nesta área pois são pessoas capazes de chegar a consensos nessa matéria, para bem de Tomar, pois é isso que conta. Disse que os IpT estão sempre disponíveis para qualquer reunião ou definição de estratégia que vise melhorar a qualidade dos serviços que temos. -----

A Sra. Presidente disse que nisso estão todos de acordo: primeiro, fortalecer aquilo que é a nossa unidade de saúde, retomando algumas valências que daqui foram retiradas, e que os nossos cidadãos tenham acesso a cuidados de saúde mais próximos e historicamente é Coimbra. Mas primeiro, disse, há que fortalecer a nossa unidade de saúde.-----

O Sr. Vereador Bruno Graça disse que a definição da estratégia é outro tipo de discussão, que deve ser feita e está perfeitamente disponível para ela. Salientou que, em qualquer dos casos, nesta fase, ter mais valências em Tomar, recuperar a medicina interna e as urgências, passa necessariamente pelo recrutamento de médicos. Disse que, se o Conselho de



Administração está numa de querer recrutar médicos devem tentar que tenha sucesso nessa vertente porque uma vez que haja médicos ou eles são mentirosos e arranjam outros argumentos para não porem a medicina interna e as urgências, ou são sérios – e não tem nenhuma razão para dizer o contrário, cumprem o que estão a dizer, teremos cá essas valências e estaremos a dar passos no sentido de melhorar a própria prestação de cuidados de saúde à população. -----

Terminado o Período de “Antes da Ordem do Dia”, a Sra. Presidente apresentou, para aprovação, a ata da reunião do Executivo Municipal realizada no dia seis de julho de dois mil e quinze, cuja leitura foi dispensada por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

Seguidamente, a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia trinta e um de julho do ano de dois mil e quinze, o qual acusa os seguintes saldos: dois milhões cento e sessenta mil quinhentos e dez euros e nove cêntimos (2.160.510,09€) em Operações Orçamentais, e cento e setenta e seis mil oitocentos e dezassete euros e vinte e três cêntimos (176.817,23€) em Operações Não Orçamentais.-----

PROPOSTAS DA SENHORA PRESIDENTE: -----

N.º 01 - VENDA AO PÚBLICO EM ESPAÇOS MUNICIPAIS DO CD “FESTIVAL BONS SONS 2012” E DOS VOUCHERS DO FESTIVAL BONS SONS -----

Foi presente o despacho n.º 1930/PR/2015, de 20 de julho, da Sra. Presidente, do seguinte teor: “Consideradas as deliberações de 28 de abril, de 7 de julho e de 25 de agosto de 2014, clarifico com o presente despacho os preços da venda dos CD's e dos vouchers para os passes do Festival Bons Sons, bem como os novos preços, nas condições seguidamente definidas. Assim: -----

- 1 - Preço dos CD's quando vendidos isoladamente = 7€. -----
- 2 - Preço dos CD's quando vendidos em conjunto com vouchers de valor facial de 20€ = 6€, resultando a venda conjunta no valor de 26€. -----
- 3 - Preço dos CD's quando vendidos em conjunto com vouchers de valor facial de 30€ ou de 35€ = 5€, resultando a venda conjunta no valor de 35€ ou de 40€, respetivamente.-----

Aos balcões de venda para aplicar e seguidamente à reunião de câmara para ratificar.”. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o referido despacho da Sra. Presidente.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----



9.
1

N.º 02 - VOTO DE PESAR -----

O Executivo Municipal tomou conhecimento do falecimento de Artur Frias, membro da Assembleia de Freguesia da Sabacheira. -----

Artur Frias teve intervenção na vida autárquica do Concelho, ao longo de 17 anos, em diversos executivos da Junta de Freguesia da Sabacheira e ultimamente como membro da Assembleia de Freguesia da Sabacheira. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara Municipal de Tomar delibera aprovar um voto de sentido pesar pelo falecimento de Artur Frias, membro da Assembleia de Freguesia da Sabacheira, e expressar condolências à sua Família. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade. -----

PROPOSTA DO SENHOR VEREADOR PEDRO MARQUES: -----

N.º 03 - INCÊNDIO EM SÃO PEDRO, ASSEICEIRA E CONCELHOS DE VILA NOVA DA BARQUINHA, CONSTÂNCIA E ABRANTES -----

Foi presente a proposta apresentada a 20 de julho de 2015 pelo Sr. Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta, com a seguinte redação final: -----

“No passado dia 7, cerca das 13H00, deflagrou na zona da Portela, freguesia de S. Pedro um incêndio que atingiu elevadas proporções e que alastrou para Cerejeira, Foz do Rio, Perdigueira em Tomar, Cafuz, Limeiras e Matos em V. N. Barquinha e para Constância e Abrantes. -----

Este incêndio causou inúmeros prejuízos materiais no nosso concelho, particularmente em estufas, automóveis, máquinas e alfaias agrícolas, duas habitações (apesar de a maior parte dos terrenos estarem limpos dentro das povoações e ao redor das casas, o que se deve sublinhar), diversas arrecadações, vinhas, pomares e uma considerável área de medronheiro e floresta. -----

Face ao exposto, os INDEPENDENTES por TOMAR propõem o seguinte: -----

- 1.- Com a colaboração das Juntas de Freguesia se efetue um levantamento exaustivo dos prejuízos ocorridos; -----
- 2.- Tendo em conta o facto de muitos destes prejuízos não estarem cobertos por seguros (nalguns casos por impossibilidade ou indisponibilidade das Seguradoras), se disponibilizem, com carácter excecional e para situações que, pela sua gravidade, tenham posto em causa a



sustentabilidade de atividade económica, meios financeiros que minimizem os prejuízos destes nossos munícipes, após análise do levantamento referido em 1.; -----

3.- De imediato se dê apoio a quem este incêndio pôs em causa a sustentabilidade da sua atividade económica e poderá pôr em causa postos de trabalho. Neste âmbito, deverá contactar-se outras entidades, nomeadamente na área da Agricultura, Florestas e Emprego, no intuito de se encontrarem possíveis apoios que possam estar disponíveis para o efeito. ". -----

O Sr. Vereador António Manuel Baptista Gonçalves Jorge não tomou parte desta deliberação, tendo-se ausentado da sala. -----

GABINETE DE ECONOMIA LOCAL SUSTENTÁVEL: -----

N.º 04 - NORMAS DE AUTORIZAÇÃO PARA COLHEITA GRATUITA DA AZEITONA NOS OLIVAIS DO MUNICÍPIO DE TOMAR-----

Foi presente a proposta do Sr. Vereador Bruno Graça para aprovação das normas de autorização para colheita gratuita da azeitona nos olivais do Município de Tomar. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a colheita gratuita da azeitona nos olivais do Município, mediante o cumprimento das seguintes normas: -----

- 1- Os pedidos de autorização para a referida colheita devem ser efetuados até ao dia 10 de setembro;-----
- 2- Só podem apresentar candidatura, residentes no Concelho de Tomar; -----
- 3- Os pedidos devem ser enviados para o Gabinete de Economia Local, através do e-mail economialocal@cm-tomar.pt, ou por escrito, para o referido Gabinete sito na rua Joaquim Jacinto, nº 100 R/C – 2300 Tomar-----

Os pedidos devem conter os seguintes dados:-----

Nome do requerente-----

Nº de cartão de cidadão ou Bilhete de Identidade -----

N.º Contribuinte-----

Última declaração de IRS entregue -----

Residência -----

Contacto Telefónico-----

4- As prioridades de concessão de autorização para a colheita da azeitona são: -----

a) Rendimento per capita do agregado familiar-----

b) Número de pessoas do agregado familiar-----



[Handwritten signature]

As informações prestadas serão avaliadas pelos Serviços de Ação Social do Município de Tomar.-----

5- A concessão de autorização para a referida colheita obriga a que:-----

- a) O candidato se comprometa a que a colheita seja feita sem recurso a cortes nas árvores;---
- b) O candidato se comprometa a que o local, no final da apanha, fique limpo, sem resíduos verdes espalhados pelo local;-----
- c) O não cumprimento dos compromissos expressos nas alíneas a) e b) exclui os candidatos, de futuras concessões. -----

O Sr. Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques não tomou parte nesta deliberação por se encontrar ausente da sala.-----

Esta deliberação foi aprovada por três votos a favor e as abstenções dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge, os quais ditaram a seguinte declaração de voto: "Os Vereadores do PSD votam contra a proposta apresentada uma vez que a mesma tem eficácia externa e sendo bens do domínio público não poderá ser sujeita a normas internas, Com efeito, para utilizar bens do domínio público, assim como estabelecer as suas regras, deverá ser estabelecido, conforme diz a lei, um regulamento próprio, a aprovar em reunião de Câmara, a submeter a discussão pública e ser submetido a aprovação da Assembleia Municipal. O Executivo Municipal, a aprovar um documento desta natureza poderá estar a incorrer no vício de usurpação de poderes e, como tal, este ato administrativo poderá ser nulo. Os Vereadores do PSD não compactuam com deliberações neste sentido e, como tal, votam contra."-----

GABINETE DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----

N.º 05 - PROJETO AGRÍCOLA EM CASAL, FREGUESIA DE PAIALVO, COMPARTICIPADO PELO PRODER – pedido de participação nos custos de instalação da rede elétrica

Em face das questões levantadas, o assunto foi retirado para obter esclarecimentos junto dos promotores e dos serviços municipais.-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:-----

N.º 06 - PARQUES DE ESTACIONAMENTO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR E DA PRAÇA DA REPÚBLICA – estacionamento gratuito de viaturas no âmbito da Festa dos Tabuleiros-----

Foi presente a informação n.º 4295/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a cedência de estacionamento para viaturas nos parques



[Handwritten signature]

de estacionamento cobertos da cidade, no período de 9 a 13 de julho de 2015, no âmbito da realização da Festa dos Tabuleiros.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar os despachos da Sra. Presidente que autorizaram o estacionamento das referidas viaturas nos parques de estacionamento cobertos da cidade.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 07 - FORNECIMENTO DE GASÓLEO -----

Foi presente a informação n.º 4238/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a cedência de 160 litros de gasóleo para o gerador responsável pela alimentação elétrica do palco instalado no Estádio Municipal, onde decorreram os espetáculos da Festa dos Tabuleiros. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente que autorizou a cedência do combustível, com o preço de custo de 186,00€. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade -----

N.º 08 - AQUISIÇÃO CONTÍNUA DE SINALIZAÇÃO VERTICAL DE TRÂNSITO – Revisão de Preços -----

Foi presente a informação n.º 3740/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a aprovação da revisão de preços relativa à aquisição contínua de sinalização vertical de trânsito, adjudicada a Fernando L. Gaspar – Sinalização e Equipamento Rodoviário, SA. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aprovar o cálculo da revisão de preços relativa à aquisição contínua de sinalização vertical de trânsito, no valor de 0,00€. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

N.º 09 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA D. NUNO ÁLVARES PEREIRA -----

Foram presentes, para conhecimento, as informações n.ºs 3535/2015 e 3623/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o relatório de verificação da empreitada de construção da Escola Básica Integrada D. Nuno Álvares Pereira, elaborado pela empresa Rui Prata Ribeiro Lda. -----

A Câmara tomou conhecimento.-----

**DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----****N.º 10 - CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE DE PARCELA DE TERRENO REQUERENTE: Maria de Lourdes Godinho Ferreira -----**

Foi presente o processo n.º 399/EDIF/DGT/2015, referente ao pedido de certificação de destaque de parcela de terreno em Rua Monte Agudo, n.º 171-A, Cem Soldos, União das Freguesias de Madalena e Beselga, em nome de Maria de Lourdes Godinho Ferreira, com informações n.ºs 2821/2015 e 2977/2015 da Divisão de Gestão do Território, cujo teor submete ao Executivo Municipal a respetiva certificação. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou autorizar a certificação de destaque requerida, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do art.º 6.º do RJUE, conforme proposto. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 11 - CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE DE PARCELA DE TERRENO -----**REQUERENTE: Maria Manuela Caetano da Silva Vicente Azevedo -----**

Foi presente o processo n.º 315/EDIF/DGT/2015, referente ao pedido de certificação de destaque de parcela de terreno em Venda da Gaita, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista e Santa Maria dos Olivais), em nome de Maria Manuela Caetano da Silva Vicente Azevedo, com informações n.ºs 2126/2015, 2695/2015 e 3047/2015 da Divisão de Gestão do Território, cujo teor submete ao Executivo Municipal a respetiva certificação.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou autorizar a certificação de destaque requerida, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 4 do art.º 6.º do RJUE, conforme proposto. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 12 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES -----**REQUERENTE: Associação Cultural e Recreativa da Linhaceira -----**

Foi presente o processo n.º 10/2014, relativo à construção do Pavilhão Multiusos na Urbanização da Boavista, em Linhaceira, Freguesia de Asseiceira, em nome de Associação Cultural e Recreativa da Linhaceira, com informações n.ºs 2863/2015, 2872/2015 e 3083/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o pedido de prorrogação, por 4 meses, do prazo do alvará de licença n.º 86/2014, válido até 15 de abril de 2015, e a isenção das taxas devidas pela prorrogação e pela emissão da licença de utilização do imóvel, pelos fundamentos nelas constantes. -----



Foi ainda presente proposta da Sra. Presidente para revisão da alínea a) da Cláusula 6.^a do Contrato de cedência de utilização do futuro Pavilhão Multiusos da Linhaceira, cuja minuta foi aprovada por deliberação de 1 de setembro de 2014.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou autorizar a prorrogação do prazo do alvará de licença, por quatro meses, contabilizado a partir do dia 15 de abril de 2015, isentando o requerente do pagamento das taxas devidas pela prorrogação da licença e pela emissão da licença de utilização, nos termos da alínea a) do n.º 7 do art.º 10.º do regulamento municipal de Taxas Administrativas e Urbanísticas. -----

Mais deliberou a Câmara aprovar a alteração da alínea a) da Cláusula 6.^a do Contrato de cedência de utilização do futuro Pavilhão Multiusos da Linhaceira, fixando a data ali consignada em 30 de outubro de 2015. -----

Esta deliberação foi tomada por cinco votos a favor e a abstenção do Sr. Vereador Bruno Vitor Domingos Graça. -----

N.º 13 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES-----

REQUERENTE: Hélio Gonçalo Salvador Alves Lopes Franco-----

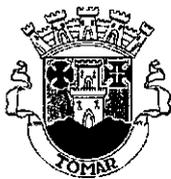
No seguimento da deliberação de 2 de março de 2015, foi presente o processo n.º 106/2011, relativo ao licenciamento de obras de construção de uma habitação, em Linhaceira, Freguesia de Asseiceira, em nome de Hélio Gonçalo Salvador Alves Lopes Franco, com informações n.ºs 2745/2015, 2782/2015 e 3079/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a declaração de caducidade do licenciamento ou a emissão do alvará de licença, pelos fundamentos nelas constantes. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou autorizar a emissão do alvará de licença, mediante o pagamento das taxas devidas, a efetuar no prazo de 10 dias úteis, conforme proposto. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 14 - LICENCIAMENTO DE ALTERAÇÃO A LOTEAMENTO-----

REQUERENTE: Mónica Ferreira Conde-----

No seguimento da deliberação de 25 de maio de 2015, foi presente o processo n.º 281/2011, relativo a licenciamento de alteração ao lote 5 do loteamento 7/98, em Casal dos Aromas, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista e Santa Maria dos Olivais), em nome de Mónica Ferreira Conde, com informações n.ºs 2877/2015 e 2878/2015 da Divisão de Gestão



70

do Território, as quais submetem a apreciação do Executivo Municipal a declaração de caducidade do licenciamento, pelos fundamentos nelas constantes. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando aa referidas informações, deliberou declarar a caducidade da licença em definitivo. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade -----

N.º 15 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES -----

REQUERENTE: António Manuel Gomes Rodrigues Paulino -----

No seguimento da deliberação de 2 de fevereiro de 2015, foi presente o processo n.º 1463/1997, relativo ao licenciamento de obras de ampliação de uma habitação em Portelinha de Cima, Freguesia de São Pedro de Tomar, em nome de António Manuel Gomes Rodrigues Paulino, com informação n.º 1191/2015 da Divisão de Gestão do Território, a qual submete a apreciação do Executivo Municipal a declaração de caducidade da licença concedida a 27 de janeiro de 1999, pelos fundamentos nela constante. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou declarar a caducidade da licença em definitivo. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

N.º 16 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES -----

REQUERENTE: Carlos Alberto Ribeiro Rosa -----

No seguimento da deliberação de 2 de março de 2015, foi presente o processo n.º 659/2004, relativo ao licenciamento de obras de construção de uma habitação e muro, em Santa Cruz, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista e Santa Maria dos Olivais), em nome de Carlos Alberto Ribeiro Rosa, com informação n.º 1198/2015 da Divisão de Gestão do Território, a qual submete a apreciação do Executivo Municipal a declaração de caducidade da licença de construção n.º 1/2007, pelos fundamentos nela constante. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou declarar a caducidade da licença em definitivo. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

N.º 17 - AUTORIZAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE -----

REQUERENTE: Armando Lopes Freitas -----

Foi presente o processo n.º 438/EDIF/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para constituição de compropriedade do prédio rústico sito em Cerrada, inscrito na matriz predial sob o art.º 114, secção F, da Freguesia de Paialvo, em nome de Armando Lopes Freitas, com



informações n.ºs 2838/2015 e 2967/2015 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou dar parecer favorável à constituição de compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o art.º 114, secção F, da Freguesia de Paialvo, desde que não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto. -----

Esta deliberação foi aprovada por quatro votos a favor e as abstenções dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge, os quais ditaram a seguinte declaração de voto: " Os Vereadores do PSD abstêm-se neste ponto não quanto ao conteúdo da deliberação mas sim porque não consta do processo qualquer procuração a dar poderes à Solicitadora Sandrine Madeira Ferreira. Como tal, temos dúvidas quanto à legitimidade da mesma e qual a qualidade da mesma para requerer. Neste sentido, abstemo-nos."-----

DIVISÃO FINANCEIRA: -----

N.º 18 - NOMEAÇÃO DE ASSISTENTE TÉCNICO PARA FUNÇÕES NA TESOURARIA -----

Foi presente a informação n.º 1567/2015 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, a qual fundamenta a proposta da Sra. Presidente para nomeação de Augusto Miguel Gomes Emídio, assistente técnico, para substituir a tesoureira, nas suas faltas e impedimentos, e, como tal, movimentar as contas do Município, nos termos em que a lei prescreve.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou nomear o trabalhador Augusto Miguel Gomes Emídio, assistente técnico, para substituir a tesoureira, nas suas faltas e impedimentos, concedendo-lhe autorização para movimentar as contas do Município, nos termos em que a lei prescreve, conforme proposto. --

Esta deliberação foi aprovada por dois votos a favor e as abstenções dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

O Sr. Vereador Bruno Vitor Domingos Graça não tomou parte nesta deliberação por se encontrar ausente da sala. -----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----

N.º 19 - CONTRATO DE CESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO CINETEATRO PARAÍSO PARA EXIBIÇÃO E PROGRAMAÇÃO DE CINEMA -----

Foi presente a informação n.º 223/2015 da Divisão de Turismo e Cultura e o parecer jurídico n.º 100/2015, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a situação do contrato de



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

cessão de exploração do Cineteatro Paraíso para exibição e programação de cinema, celebrado a 17 de janeiro de 2012, com João Luís Ferreira de Almeida.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação e parecer, pelos fundamentos invocados deliberou:-----

1.- Proceder à resolução do contrato celebrado a 17 de janeiro de 2012, a título sancionatório, com efeitos a partir de 1 de novembro de 2015, por estar comprometida a sua continuidade ou regularidade nas condições exigidas pelo contrato, nomeadamente por violação das cláusulas 4.^a, 5.^a e 6.^a das condições de cessão de exploração, anexas ao contrato de cessão de exploração e condições 4 a 6 do respetivo contrato de cessão, assumindo especial relevância a falta de pagamento das rendas da concessão, desde março de 2014.-----

2.- Promover audiência prévia do cessionário, na forma escrita, pelo prazo de 10 dias úteis, nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 308.º do CCP e dos artigos 121.º e 122.º do CPA.-----

3.- Na ausência de pronúncia pelo cessionário, a deliberação converte-se em definitiva, devendo, nessa altura, o cessionário ser notificado, por escrito e com AR, da data da resolução do contrato e bem assim que a resolução do mesmo determina, além dos efeitos previstos no contrato, a reversão dos bens do Município e a obrigação do cessionário entregar a este, no prazo 15 dias, os bens afetos à concessão, em bom estado de conservação e funcionamento, sem prejuízo do normal desgaste resultante do seu uso para efeitos de execução do contrato, e livres de quaisquer ónus ou encargos.-----

Esta deliberação foi aprovada por quatro votos a favor e dois votos contra dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge, os quais apresentaram a seguinte declaração de voto: " Os vereadores do PSD não concordam com o teor da proposta apresentada pela Coligação PS/CDU, no sentido de cessar o contrato de exploração do Cineteatro Paraíso.-----

Com efeito, o cessionário, desde novembro do ano passado que alertou a Câmara Municipal, na necessidade de investir em equipamento de reprodução de filmes digitais, pois já não havia disponíveis filmes com o formato antigo e analógico, tendo que recorrer a DVD para ter cartazes atualizados mas com péssima qualidade e claro, receitas praticamente nulas.-----

Nota-se, da análise dos documentos juntos, que a Câmara Municipal não só não atendeu ao pedido, como também não fez qualquer diligência no sentido de proporcionar ao cessionário a exploração do espaço, dando-lhe condições para exercer a sua atividade, conforme previsto no ponto 3 do contrato de exploração.-----



9.
11

Estranha-se que a informação da Senhora Chefe de Divisão de 22/12/2014, venha alertar que é imprescindível dar continuidade ao processo de substituição do sistema existente pelo sistema digital, e que a Sr.^a Presidente da Câmara, só em Julho de 2015 é que manda propor o procedimento no sentido de cessar o contrato e recuperar as rendas em atraso, negligenciando o motivo e razão pelo qual levou a que o cessionário tivesse incorrido em mora, conforme o mesmo tinha alertado em Novembro de 2014. -----

De facto o mesmo estava e está obrigado ao pagamento das rendas em atraso, Contudo, é obrigação do cedente prestar todas as condições no sentido de o cessionário poder exercer a actividade comercial que tinha contratado. -----

Esta governação PS/CDU não só não prestou as condições para que o mesmo pudesse exercer a actividade, como, numa atitude condenável, vem exigir a resolução do contrato pelo pagamento das rendas, quando bem sabe que o cessionário não tinha possibilidade para exercer a sua actividade e assim pagar as rendas em causa. -----

Temos constatado que esta coligação PS/CDU prefere gastar dinheiro em futilidades e operações propaganda. -----

Neste sentido os vereadores do PSD votam CONTRA.”. -----

N.º 20 - VENDA AO PÚBLICO DE SACO DE TRANSPORTE DE GARRAFA COM MARCA "TOMAR CIDADE TEMPLÁRIA" -----

Foi presente a informação n.º 1136/2015 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a aprovação do preço de venda ao público de saco de transporte de garrafa com a marca "Cidade Templária" com vista à sua comercialização no Posto de Turismo. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aprovar o preço unitário de venda ao público de 1,20€, com IVA incluído a 23%. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade. -----

N.º 21 - TOMAR BRINCKA 2015 - LEGO FAN EVENT – relatório de actividade -----

Foi presente, para conhecimento, a informação n.º 1204/2015 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o relatório do Tomar BRInCKa 2015 - Lego Fan Event. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

Os Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge ditaram a seguinte declaração: "O evento do CIRE teve 5.081 visitantes e



[Handwritten signature]

uma receita final líquida, depois de pagas todas as despesas, de 5.100€. Nas contas da Câmara Municipal de Tomar não estão contempladas algumas despesas diretas do evento, como a publicidade e o transporte de crianças do Jardim Escola João de Deus no comboio turístico. O capricho de alguém saiu caro aos contribuintes e lesou o CIRE por concorrência direta. Podemos ver que deu um prejuízo de 9.700€." -----

UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:-----

N.º 22 - CONCURSO POR INSCRIÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÕES MUNICIPAIS NA MODALIDADE DE ARRENDAMENTO APOIADO – Lista provisória ordenada -----

Foi presente a informação n.º 935/2015 da Unidade de Intervenção Social e Educação, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a ata de análise das candidaturas, com lista de candidaturas excluídas e lista provisória de candidaturas admitidas, elaborada pelo júri nomeado por deliberação de 6 de julho de 2015.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou homologar a lista provisória das candidaturas admitidas ao concurso por inscrição para atribuição de habitações municipais na modalidade de arrendamento apoiado, ordenada de acordo com a classificação obtida, e mandar promover a audiência prévia dos interessados pelo prazo de 15 dias úteis, conforme proposto.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

N.º 23 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE – parecer prévio vinculativo -----

Foi presente a informação n.º 948/215 da Unidade de Intervenção Social e Educação, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a emissão de parecer prévio vinculativo para aquisição de serviços para assegurar os transportes escolares no ano letivo 2015/2016. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou emitir parecer prévio vinculativo favorável à referida aquisição de serviços, nos termos do art.º 75º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para 2015). -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

N.º 24 - JUNTA ANIMA - 2.ª EDIÇÃO DO CONCURSO INTERESCOLAS DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE TOMAR -----

Foi presente o ofício 170-JA/2015 da União das Freguesias de Tomar (São João Baptista e Santa Maria dos Olivais) a solicitar a colaboração do Município para realização da 2.ª edição do



Concurso Interescolas, em julho de 2015, no âmbito do projeto Junta Anima, bem como as informações que sobre o assunto foram prestadas pelos serviços municipais.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o apoio prestado à referida iniciativa, que incluiu a cedência de 450 bilhetes para o comboio turístico, no valor de 450,00€, e a utilização gratuita da Piscina Municipal Vasco Jacob, do Estádio Municipal de Tomar e do Complexo Desportivo, no valor de 405,21€.-----
Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE: -----

N.º 25 - PREÇOS PARA ALUGUER DE EMBARCAÇÕES DE RECREIO NO RIO NABÃO -----

Foi presente a informação n.º 869/2015 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a definição da duração dos períodos de aluguer das embarcações de recreio no Rio Nabão e fixação dos respetivos preços.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aprovar a seguinte tabela de preços para aluguer de equipamento (uma gaivota ou um barco a remos), que inclui a utilização obrigatória de coletes salva vidas de todos os ocupantes: -----

- 30 minutos - 2,50€ (IVA incluído) -----

- 60 minutos - 4,00€ (IVA incluído).-----

Esta deliberação foi aprovada por quatro votos a favor e as abstenções dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge.-----

N.º 26 - UTILIZAÇÃO GRATUITA DE CAMPOS DE TÊNIS E BALNEÁRIOS – Ténis Clube de Tomar -----

Foi presente a informação n.º 805/2015 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o pedido de cedência gratuita de 4 campos de ténis e respetivos balneários, para realização do IV Torneio Cidade de Tomar, nos dias 11 e 12 de julho, inserido no calendário oficial da Federação Portuguesa de Ténis, conforme solicitado pelo Ténis Clube de Tomar.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar o Ténis Clube de Tomar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações, no valor de 96,00.-----

Esta deliberação foi aprovada por quatro votos a favor e as abstenções dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge, os quais ditaram a seguinte declaração de voto: "Os Vereadores do PSD abstêm-se porque consideram



que, em face do requerimento apresentado, a proposta devia ser para ratificação e não para deliberação. Aliás, uma decisão da Câmara Municipal ou do órgão Presidente da Câmara, para posterior ratificação, poderia ou não influenciar a organização deste evento e, como tal, será necessário uma deliberação prévia e não uma deliberação a posteriori, como a Sra. Presidente o disse, figura jurídica esta que nós, salvo o devido respeito, não conhecemos.”. -----

N.º 27 – UTILIZAÇÃO GRATUITA DO ÁTRIO DO PISO 1 DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR – Clube Ornitófilo Ribatejano -----

Foi presente a informação n.º 771/2015 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal o pedido de cedência gratuita do átrio do piso 1 do Pavilhão Municipal Cidade de Tomar, para realização da 1.ª Mostra de Aves Cidade de Tomar, de 25 a 27 de setembro de 2015, conforme solicitado pelo Clube Ornitófilo Ribatejano.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar o Clube Ornitófilo Ribatejano do pagamento devido pela utilização das instalações desportivas, no valor de 240,00€, dado o manifesto interesse da atividade para o Município, pelo incremento turístico que pode ajudar a promover. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

EXPEDIENTE: -----

N.º 28 - CEDÊNCIA DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Centro de Assistência Social de Tomar -----

Foi presente carta do Centro de Assistência Social de Tomar, a solicitar a cedência do autocarro da Câmara Municipal para transporte de crianças ao Lar de São José, no dia 27 de julho de 2015, para comemoração do dia dos Avós, bem como a informação que sobre o assunto foi prestada pelo Gabinete de Apoio à Presidência, à Vereação e à Provedoria Municipal. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente que autorizou a cedência da viatura, conforme solicitado, com o custo estimado de 26,00€. -----

O Sr. Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques não tomou parte nesta deliberação, tendo-se ausentado da sala.-----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

N.º 29 – CEDÊNCIA DO AUTOCARRO MUNICIPAL – Unidade de Tomar do Centro Hospitalar do Médio Tejo, EPE -----



Foi presente carta do Departamento de Psiquiatria da Unidade de Tomar do Centro Hospitalar do Médio Tejo, EPE, a solicitar a cedência do autocarro da Câmara Municipal para atividade no âmbito da reabilitação e reintegração de doentes em ambulatório de psiquiatria, no dia 17 de setembro de 2015, bem como a informação que sobre o assunto foi prestada pelo Gabinete de Apoio à Presidência, à Vereação e à Provedoria Municipal.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, atendendo ao âmbito da atividade a que se destina, deliberou autorizar a cedência do autocarro, conforme solicitado, com o custo estimado de 255,00€, cabendo à Unidade de Tomar do Centro Hospitalar do Médio Tejo, EPE o pagamento de eventuais portagens. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

N.º 30 -CEDÊNCIA DE VIATURA LIGEIRA – União das Freguesias de Tomar -----

Foi presente a informação n.º 4303/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a cedência de viatura ligeira para deslocação a Lisboa, no dia 17 de junho de 2015, conforme solicitado pela União das Freguesias de Tomar (São João Baptista e Santa Maria dos Olivais). -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente que autorizou a cedência da viatura, conforme solicitado, com o valor total de 226,83€. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade-----

N.º 31 - CEDÊNCIA DE VIATURA – Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto -----

Foi presente a informação n.º 4339/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a cedência de viatura para transporte dos jogos tradicionais que integraram a exposição que decorreu em Lisboa, cedidos pelo CALMA, conforme solicitado pela Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente que autorizou a cedência da viatura, conforme solicitado, com o valor total de 221,00€. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.-----

N.º 32 - RECOLHA SELETIVA DE ÓLEOS ALIMENTARES USADOS NOS MUNICÍPIOS ABRANGIDOS PELA RESITEJO -----



Foi presente, para conhecimento, carta da RESITEJO a dar conhecimento de que comunicou à empresa Biosys a rescisão do Protocolo de Prestação de Serviços de Recolha Seletiva de Óleos Alimentares Usados, com efeitos a partir de 31 de agosto de 2015, e irá providenciar uma alternativa para a prestação deste serviço, nas melhores condições possíveis.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

Terminados os trabalhos, sendo dezoito horas e dez minutos, a Sra. Presidente, declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.----

Sabela Feijó

Avelina Leal